



ATA Nº 003/2022

Aos 04 (quatro) dias do mês de março de 2022, às 10h, no Estrela Palace Hotel, em Estrela/RS, realizou-se assembleia geral ordinária da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), sob a coordenação do presidente Sandro Herrmann. Estiveram presentes os prefeitos de Colinas, Estrela, Forquetinha, Boqueirão do Leão, Ilópolis, Anta Gorda, Lajeado, Pouso Novo, Arroio do Meio, Roca Sales, Coqueiro Baixo, Taquari, Sério, Relvado, Bom Retiro do Sul, Doutor Ricardo, Fazenda Vilanova, Marques de Souza, Paverama, Cruzeiro do Sul, Muçum, Vespasiano Corrêa, Encantado, Nova Bréscia, Teutônia, Westfália, Canudos do Vale e Santa Clara do Sul; os vice-prefeitos de Teutônia e Poço das Antas; o secretário de Administração de Imigrante, além de secretários e assessores. O presidente abriu os trabalhos saudando os presentes e convidou, para formarem a mesa oficial, o 1º vice-presidente e prefeito de Estrela, Elmar Schneider; o 2º vice-presidente e prefeito de Doutor Ricardo, Álvaro Giacobbo, e o presidente do G-18 e prefeito de Anta Gorda, Francisco Frighetto. Na continuidade passou a palavra ao prefeito Elmar Schneider, que saudou a todos como prefeito anfitrião e destacou o espírito de união que deve haver na associação. Em seguida comunicou que todos estão recebendo a agenda dos trabalhos, onde podem verificar as atividades da Amvat. Como primeiro assunto em pauta, abordou a questão do uso de máscara por crianças, tendo em vista decreto do Governo do Estado que liberou seu uso para crianças até 12 anos de idade. O assessor jurídico da Amvat, Juliano Heisler, observou que uma Nota Técnica do Comitê Científico Estadual RECOMENDA FORTEMENTE a adesão ao uso adequado de máscaras de boa qualidade, bem ajustadas, de forma que ofereçam boa vedação, tanto para adultos quanto para crianças das seguintes faixas etárias: • 6 anos ou mais: fortemente recomendada, uso como para adultos; • Acima de 2 anos, até 6 anos: usar de acordo com a tolerância da criança e sob supervisão de um adulto; • 2 anos ou menos: não indicada/desaconselhada. Segundo ele, o Comitê Regional deve liberar ainda nesta data (04.03) uma posição sobre o assunto. O segundo assunto em pauta, comentado pelo presidente, foi sobre o atendimento da RGE Sul nos municípios da região. Segundo ele, houve duas reuniões com o Procurador Geral de Justiça do RS, que intermediou reivindicações do Vale em relação ao atendimento da RGE – 20 de janeiro e 21 de fevereiro. Em 21 de fevereiro a RGE apresentou um Plano de Trabalho para a região: o diretor-presidente da concessionária, Marco Antônio Vilella de Abreu, apresentou o plano que prevê investimentos de R\$ 14,4 milhões para o Vale em 2022, e até 2026 de R\$ 430 milhões. Entre as melhorias estão mais de 1.900 km de manutenção e substituição de 4 mil postes, e abertura de nova base operacional em Estrela com 40 colaboradores, e adição de 226 novos eletricitas. Na ocasião, conforme o presidente, foi formado um grupo de trabalho composto por representantes do Ministério Público, Agência Estadual de Regulação do RS (Agergs), Assembleia Legislativa do Estado, o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari



(Codevat) e municípios da região. O grupo acompanhará e fiscalizará a execução dos compromissos estabelecidos pela concessionária de energia elétrica. Na última reunião no MP, em 21 de fevereiro, AMVAT entregou documento à RGE com as demandas recebidas dos municípios da região. O presidente ressaltou que todas as demandas que chegaram à AMVAT foram repassadas para a RGE e se algum município ainda não encaminhou, que o faça, que depois a associação fará o devido encaminhamento. Como terceiro assunto da pauta Hermann falou sobre as perdas de ICMS dos municípios com a introdução de nova sistemática de cálculo para os integrados de aves e suínos. Segundo ele, foi uma situação levantada pela AMVAT, a partir da qual foi formado um grupo de trabalho, do qual ele e o contador Silvino Huppes participam pela região, o qual está buscando alternativas para evitar perdas. A Famurs, conforme o presidente, encaminhou ofício ao Governo do Estado para que a mudança seja suspensa em relação aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2021, devendo seguir um estudo para os anos futuros. “Estamos na expectativa de uma resposta positiva”, disse. O prefeito de Doutor Ricardo, Álvaro Giacobbo, reforçou que as perdas serão significativas em seu município. Na sua opinião, é preciso cobrar mais empenho por parte da Famurs. Disse ter participado de reunião na entidade e chamou atenção o fato de o assessor da Famurs ser o mesmo que faz o cálculo para o Estado. “Todo o Vale perde e não podemos aceitar”, declarou. O prefeito Elmar Schneider acrescentou que esta é uma questão de mobilização junto às secretarias estaduais da Fazenda e Casa Civil, pois se os municípios “ficarem quietos” vai passar e não haverá mudanças. Após os prefeitos fizeram convites em geral, para eventos em seus municípios, como Sérico, Colinas, Roca Sales, Doutor Ricardo e Santa Clara Sul. Por fim, o último assunto em pauta foi a concessão das rodovias do Vale. O presidente Sandro Herrmann iniciou sua fala salientando que todos os prefeitos devem tentar entender os posicionamentos em relação às concessões e conciliar os interesses, mas ao mesmo tempo tendo a consciência de que a região não conseguirá tudo o que quer. Segundo ele, as alterações no projeto de concessões apresentado pelo Governo do Estado foram apresentadas pelos municípios e entidades, e que em julho, em audiência pública, um dos posicionamentos regionais foi contra a outorga. Reconheceu que há posições divergentes dentro da região, mas que o objetivo dos prefeitos e da Amvat é buscar o melhor para o Vale do Taquari. Entende que sem pedágio não haverá as melhorias que estão sendo solicitadas e que este é um assunto polêmico. “Temos que sair daqui com uma posição definida para levar ao Estado”, enfatizou, ressaltando que a Amvat é parceira dos municípios e quer buscar o entendimento. Em seguida manifestou-se o presidente do G-18, prefeito Francisco Frighetto. Citou reunião do Grupo, realizada recentemente, e que o G-18 quer o desenvolvimento da região alta, sendo necessário, para isto, abrir negociação com o Estado, tendo a Amvat como elo de ligação. Querem a redução da tarifa do pedágio e a recuperação da ERS-332, com sua inclusão no projeto, pois está “sucateada”. “O G-18 busca um melhor atendimento à nossa região (alta), já que participa diretamente da praça de pedágio (Encantado)”,



disse o prefeito. Reforçou, por fim, a necessidade de diálogo. O presidente Sandro Herrmann abriu espaço para manifestações. O prefeito de Santa Clara do Sul, Paulo Kohlrausch, que presidiu a Amvat em 2021, disse inicialmente que no ano passado sua atividade principal no comando da entidade foi fortalecer a Amvat, para que fosse respeitada. “Este momento exige de nós responsabilidade e integridade com nossos municípios e região. Nós somos muito menores que nossa associação e nós, como prefeitos, vamos passar, mas nossos municípios e a associação, não”, declarou. Conforme Kohlrausch, talvez um dos problemas no processo de concessão foi o excesso de diálogo. Lembrou que o Governo veio à região debater o projeto e que até o final do ano passado não havia retorno, o que ocorreu agora. “Estou à disposição para que possamos avançar”, afirmou. O prefeito de Doutor Ricardo afirmou que os municípios da região alta não são contra o pedágio, mas sua localização. Disse que os municípios querem conversar com o Governo do Estado sobre esta localização e que contam com a parceria de todos para negociar estas situações. O prefeito de Encantado, Jonas Calvi, disse que a reunião do G-18 em Anta Gorda foi marcante pelos anseios da região alta do Vale. Que os municípios não querem uma posição da Amvat para defender A ou B, mas uma postura enquanto entidade para sentar e discutir o Vale do Taquari. Concordou com o ex-presidente Kohlrausch quando este disse que houve muito diálogo em relação projeto de concessões e, segundo ele, até muitas interferências externas, de entidades. Disse ter consciência da necessidade do pedágio, mas que todos têm que saber que a região alta fica prejudicada. Admitiu terem sido “ingênuos” em não colocar mais obras, como a ERS-332, para não encarecer a tarifa. Citou a inclusão da Via Láctea, em Teutônia, a qual não quer excluir, mas estando esta rodovia no projeto, segundo ele, não tem como não contemplar a ERS-332. “Se não for assim, que o Governo do Estado assuma o compromisso e aplicar os mesmos valores da Via Láctea na ERS-332”, declarou. Continuando, garantiu que, se nada mudar no projeto, vai fazer um desvio. Em relação ao ISS recolhido sobre o pedágio, disse que é complicado mudar, mas que os mais beneficiados deveriam compensar a região alta. O prefeito de Vespasiano Corrêa, Tiago Michelon, disse que é preciso que os municípios da região baixa entendam o posicionamento dos municípios da região alta, pois quando surgiu a informação de que a Via Láctea estava incluída no projeto, a população cobrou dos prefeitos a situação da ERS-332, o porquê de não estar contemplada também. Em relação à tarifa de pedágio, observou que o valor divulgado é o teto, e o final não está definido. Disse que a comunidade também cobra porque não ter dois pedágios, pois se o valor é pelo movimento, o de Encantado tem tráfego menor. “Se incluir a ERS-332 ninguém vai reclamar de pagar pedágio”, afirmou o prefeito, acrescentando que sempre vai erguer a bandeira do diálogo, mas que chega o momento em que é preciso dar uma resposta à comunidade, que se dirige diretamente aos prefeitos. Já Marcelo Caumo, prefeito de Lajeado, disse ter convicção de que este é o melhor momento para que seja feita a concessão. No seu entendimento, é fundamental que a Amvat se posicione se é a favor de seguir o



processo ou se exigirá mais estudos. É necessário também, segundo ele, definir de que forma a ERS-332 seria contemplada: como integrante do projeto de concessão ou se o Estado se compromete a executar as melhorias necessárias com o mesmo valor destinado à Via Láctea. O prefeito de Teutônia, Celso Forneck, disse que há mais de 20 anos o município discute com o Estado a situação da Via Láctea. Que é importante ressaltar que ela passa dentro do município, em área urbana dos bairros Canabarro, Languiru e Teutônia. Disse não ser contra outras demandas e que Teutônia é parceiro dos demais e não quer mais que os outros. Por fim, o prefeito de Muçum, Mateus Trojan, alertou para o fato de que a inclusão de mais obras irá encarecer o valor do pedágio, enquanto o prefeito de Cruzeiro do Sul reclamou que o pedágio existe em seu município há 23 anos e que a rodovia está um “caos”. Sobre a questão dos impostos, defende que o município receba recurso para compensar as isenções, pois sua comunidade segue dividida. Ao final das colocações foi definido pelo plenário que a Amvat vai solicitar uma audiência com o Governo do Estado – Secretaria Extraordinária de Parcerias – para solicitar a inclusão da ERS-332 no projeto de concessões do bloco, bem como a possibilidade de alterar a localização das praças de pedágio de Encantado e Cruzeiro do Sul. A próxima assembleia geral está agenda para o dia 18 de março, às 9h, no Estrela Palace Hotel, em Estrela. Sendo estes os assuntos principais e nada mais havendo a tratar o presidente informou que a Amvat vai dar os devidos encaminhamentos para solicitar audiência com o Estado para tratar das reivindicações apresentadas. Agradecendo a presença de todos, encerrou os trabalhos. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

**Prefeito Sandro Ranieri Herrmann,
Presidente da AMVAT**